

RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS: POSSIBILIDADES E CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA

RECOGNITION AND CERTIFICATION OF QUILOMBOLA COMMUNITIES:
POSSIBILITIES AND CONTRIBUTIONS OF ARCHEOLOGY

Jaqueline Santana Nascimento¹
Louise Prado Alfonso²

RESUMO

Este trabalho discute possibilidades de atuação dos/as profissionais da arqueologia junto às comunidades quilombolas e a importância da certificação e reconhecimento delas junto à Fundação Cultural Palmares para a conquista de direitos e serviços essenciais. Para tanto, foram consideradas as ideias dos teóricos que versam sobre a temática, assim como outros autores pertencentes às demais teorias arqueológicas, tendo como exemplo a comunidade Santiago do Iguape, reconhecida desde o ano de 2006 e que, desde então, tem logrado diversas conquistas no campo das políticas públicas e, conseqüentemente, na qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVES: Arqueologia; Comunidades; Quilombos; Políticas públicas.

ABSTRACT

This work discusses possibilities of action of archeology professionals with quilombola communities and the importance of their certification and recognition by the Palmares Cultural Foundation for the achievement of essential rights and services. Therefore, the ideas of theorists who deal with the subject were considered, as well as other authors belonging to other archeological theories, with the example of the Santiago do Iguape community, recognized since 2006 and which, since then, has achieved several achievements in the field of public policies and, consequently, in the population's quality of life.

KEYWORDS: Archeology; Communities; Quilombos; Public policy.

1. INTRODUÇÃO

O estudo das comunidades quilombolas é um tema relativamente novo no Brasil e está, basicamente, atrelado às lutas de combate ao racismo, por meio das diversas áreas do conhecimento.

A arqueologia exerce papel fundamental no estudo dos fenômenos que perpassam a cultura dos quilombos, o que tem como consequência a reflexão acerca de inúmeros elementos que são característicos das relações culturais, sociais, econômicas e políticas envolvidas, sobretudo nos debates sobre "o racismo, enquanto disciplina da relação entre as pessoas e coisas, da materialidade e nas

relações sociais. Isso [...] poderia ser explorado por meio da dimensão material dos privilégios” (SOUZA, 2021, p. 66).

Entender o processo histórico de construção do racismo no Brasil, as lutas por liberdade, a resistência dos povos negros nas diversas regiões do país, seu patrimônio, sua memória e seus saberes faz parte da reparação necessária a uma dívida histórica contraída pelo Estado para com esse povo. No entanto, no Brasil,

empreender debates e pesquisas relacionadas aos temas da diversidade, memória e patrimônio de grupos sociais não hegemônicos, que neste caso estão atrelados a direitos territoriais de comunidades quilombolas, é necessariamente adentrar nos meandros de disputa, relações de força e poder (MORAES, 2012, p. 27).

Estudos de comunidades quilombolas e de seus sítios arqueológicos se tornam, na atualidade, importantes instrumentos de conquista de cidadania e direitos fundamentais para esses povos.

Assim, este trabalho pretende discutir a arqueologia quilombola, a partir de uma perspectiva comunitária, por meio da experiência de sua autora, embasada pelos autores da teoria arqueológica.

2. POR UMA ARQUEOLOGIA DOS QUILOMBOS

A formação das comunidades tradicionais negras no Brasil decorre do processo de resistência de negros e negras escravizados/as que, inconformados/as com a expatriação, tentativas de aculturação, violências simbólicas, físicas e sexuais, além da óbvia exploração de seu trabalho (que tornavam sua condição de vida sub-humana e diminuía sua expectativa de vida a apenas 35 anos, no máximo, nos trabalhos nos canaviais e minas) pela sociedade detentora do poder, não escravizada e branca, fugiam dos cativeiros e procuravam reviver e reproduzir, nas comunidades formadas, aspectos da cultura original de seus membros.

Desse modo, é importante salientar que a diversidade de origens de Matrizes Africanas existentes no seio de tais populações é muito grande e foi-se constituindo, ao longo dos séculos, um patrimônio cultural nacional, de base diaspórica, com características distintas. Por isso,

é possível perceber, claramente, a importância da identidade e da cultura no processo de resistência e luta por liberdade, assumido e realizado por negros e negras no Brasil escravocrata, sobretudo porque as ideias e teorias difundidas sobre a inferioridade da raça negra em relação à branca favoreceram a manutenção e a expansão do tráfico de negros, no período, e, na posterioridade, serviram (e ainda servem) como alicerce para a difusão de ideologias racistas que perpetuam a opressão dessas populações em relação ao modelo dominante, eurocêntrico. (SANTANA, 2015, p. 104).

Estudar a origem, o patrimônio cultural e os modos de vida desses povos confere um papel político ao trabalho do/a profissional de arqueologia, pois o resultado deste trabalho também traz o desafio de buscar “la dignidad de las personas que son parte de esa realidad” (MONTERROSO, 2012, p. 142), por meio do registro e da valorização do papel dos negros e negras e suas histórias invisibilizadas, ao contrário da abordagem tradicional, que costuma tratar “como humanos aquellos personajes cuyas vidas se conocen mejor y que generalmente son personas de las élites del pasado y que, en algunos casos extraordinarios, incluso sus descendientes siguen siendo parte de élites locales o regionales actuales (idem, p. 142-143).

O fato de serem formados por sujeitos oriundos de múltiplas ascendências geográficas, culturais, de classes sociais e étnicas, os quilombos possuem características únicas que foram se constituindo ao longo do período que consiste na sua formação até a contemporaneidade, tendo, somente, uma característica comum entre eles: a pobreza e a exclusão social, decorrentes do racismo estrutural e das políticas discriminatórias praticadas pelo Estado brasileiro no tocante a tais grupos e que precisam ser modificadas e substituídas.

Lo étnico, por tanto, se encuentra íntimamente vinculado a la cuestión de clase, pero no por eso los grupos étnicos pierden su carácter y raíz de clase debido a que la etnicidad no es realmente ajena a las clases, y porque los grupos étnicos no dejan por ello de adscribirse en la estructura de la sociedad”. (RODRÍGUEZ, 2012, p. 197).

Nesse sentido, torna-se inapropriado estudar quilombos por correntes funcionalistas, que não abranjam o simbólico e que, de maneira simplista,

classifiquem os povos, em teorias de darwinismo social já revisada e superada, tendo, por exemplo, o modelo mencionado por Glyn (1986).

Tampouco creio que seja possível realizar uma arqueologia pela ótica processual, pois, o simbólico, mais que o utilitário, é crucial na compreensão de tais culturas e a etnoarqueologia, quando realizada com fins comparativos (GONZALEZ-RUIBAL, 2008), não apresenta uma abordagem que guarde o respeito necessário ao povo quilombola.

Como consequência dessa peculiaridade das comunidades quilombolas, arqueólogos/as brasileiros/as cujos estudos estão voltados para tais realidades são desafiados/as a buscar novas formas de trabalhar e, nesse ínterim, a teoria assume um importante papel por impulsionar os arqueólogos e arqueólogas ao pensamento crítico, à interpretação e à análise, assim como a desafiar ideias e práticas tradicionais, pois, vivendo em uma sociedade pluralista, a censura àqueles/as que busquem inovações está fadada ao insucesso, de modo que a arqueologia brasileira tem buscado, embasada na teoria e propondo novas teorias, modificar e superar limites, dando vida e criando identidade própria (FUNARI, 1999).

A arqueologia voltada aos quilombos, segundo Oser Jr e Funari (2004), desenvolveu-se como parte integrante de um projeto de entendimento da experiência da diáspora africana, beneficiada pela pesquisa realizada por historiadores e antropólogos acerca dos elementos sociais e históricos das revoltas e rebeliões dos/as escravizados/as, assim como a percepção por parte de alguns arqueólogos e arqueólogas sobre a relação entre as raízes históricas dos povos negros e os movimentos por direitos civis no passado recente e na contemporaneidade.

Assim, pensar numa arqueologia voltada para o estudo das comunidades quilombolas é pensar num trabalho participativo, que considere o passado e que esse passado consista na base em cima da qual foram construídos todos os elementos que permeiam a vida daquelas pessoas na atualidade (ALFONSO, 2012).

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos

vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. (SANTOS, 2015, p. 73).

O trabalho arqueológico pensado para tais comunidades corrobora com as ideias de Gonzalez-Ruíbal (2012, p. 105), quando este autor propõe uma forma de abordagem arqueológica que

niega los límites temporales, escapa del historicismo, es participativa y pública, abraza la política en su dimensión más conflictiva, considera la creatividad tan importante como la objetividad, desarrolla su propia retórica del pasado, reivindica plenamente la materialidad, dialoga de igual a igual con otras disciplinas, desplaza los centros del saber del mundo anglosajón hacia las periferias y se declara abiertamente teórica. No es este, por lo tanto, un trabajo explícitamente epistemológico, sino más bien una combinación de diagnóstico (epistemológico y sociológico) y de propuesta de futuro— de cara a una arqueología más relevante desde un punto de vista social y científico. (GONZALEZ-RUIBAL, 2012, p. 105).

Do mesmo modo, pensar em arqueologia em comunidades é preocupar-se com a formação política e cultural das pessoas, contribuindo para o fortalecimento da identidade grupal, já que a identidade é, também, forma de defesa da comunidade em relação aos sujeitos externos e, conseqüentemente, proteção de seu patrimônio.

Quilombos são territórios de identidade cuja etimologia na língua *banto* significa acampamento guerreiro localizado na floresta e essa ideia de unidades resistentes ao sistema escravocrata e às suas instituições sempre foi difundida pela administração colonial e imperial, em legislações, relatórios, atos e decretos (LEITE, 2008).

Sua relação com a terra é intensa e vai além de uma questão geográfica e agrária, mas, sobretudo, é uma relação de *pertencimento*, sendo a principal referência para seus habitantes para a construção da *identidade*. No entanto, a

ocupação e posse das terras quilombolas foi sempre permeada por lutas em âmbito físico, econômico e político.

O patrimônio quilombola está mais ligado à memória e à oralidade, que é representada pelos símbolos que permeiam a cultura de cada comunidade, a exemplo de mitos, lendas e das datas representativas, sobretudo as de cunho religioso.

Nessa perspectiva, torna-se imprescindível entender que, para reconhecer os saberes quilombolas como patrimônio, é necessário que o Estado rompa com o paradigma tradicional e implemente uma política patrimonial que parta “do anseio das comunidades e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação” (FUNARI e PELEGRINI, 2016, p. 59), e não somente pelos monumentos considerados pelas elites como dignos de admiração, destaque e proteção, superando, assim, com as materialidades discriminatórias (SOUZA, 2021) equivocadamente aplicados nas avaliações do patrimônio das pessoas negras.

3. RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NEGRAS NO BRASIL: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUEOLOGIA

O Decreto Federal 4.887/2003 orienta e regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Tais processos estão fundamentados em aspectos culturais e identitários dos moradores, o que torna imprescindível o trabalho do arqueólogo durante todas as etapas, pois se tornam

peças-chave nos debates sobre gerenciamento dos bens culturais, preservação do meio ambiente, identificação de territórios imemoriais. Enfim, são chamados a opinar na definição de diferentes políticas públicas. Assim, o arqueólogo se torna – como escreveu Hodder (1992) – um intérprete entre o passado e o presente e entre diferentes perspectivas sobre o passado. (SILVA, 2011, p. 264).

As comunidades remanescentes de quilombo são, segundo o citado Decreto, “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica

própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Nesse contexto, pensar em remanescente de quilombos significa entender “a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico” (SCHIMITT *et al.*, 2002, p. 01).

O processo de certificação é imprescindível para que essas populações tenham acesso a um espectro de políticas públicas inclusivas agrárias, de moradia, saúde, alimentação, educação, dentre outras, que visam reparar os danos causados pelo racismo estrutural praticado junto aos quilombolas ao longo da história brasileira. A criação dessas medidas foi possível porque, nas últimas décadas, “territórios, etnias, migração, cidadania são alguns dos conceitos inseridos nos debates sobre inclusão e exclusão social, em especial no que se refere às políticas públicas” (ALFONSO, 2012, p. 30).

Convencer uma comunidade a reconhecer-se e auto declarar-se remanescente de quilombolas, em muitas regiões do país, sobretudo nas cidades do interior, é tarefa difícil e que exige tato e diplomacia por parte da equipe que compõe a associação de moradores e outras instituições de fomento e militância negra, o que faz com que as lideranças, quando têm essa opção, busquem auxílio junto a entidades que lhes possam auxiliar na sensibilização e articulação da comunidade, a exemplo de universidades e outros órgãos estatais. E é nesse momento que o arqueólogo é levado a atuar junto a esses grupos, para fins de auxiliar na articulação do diálogo com as populações e na construção documental requeridas.

A dificuldade de assumir a identidade quilombola é um fenômeno decorrente, conforme já dito, do racismo estrutural e institucional praticado pelo Estado e pelo imaginário popular, que contribuíram para a construção da imagem negativa do conceito de quilombo e a consequente auto-rejeição dessas populações acerca de sua própria identidade.

As comunidades remanescentes de quilombos, localizadas, em sua grande maioria, em zonas rurais com maior dificuldade de acesso aos moradores de zona urbana e, portanto, mais excluídas dos serviços essenciais, são caracterizadas pela forte tradição cultural de origem africana, o que as torna especialmente segregadas, por consequência do racismo instaurado e praticado em nosso país, desde o período de colonização. (SANTANA, 2015, p. 104).

A Fundação Cultural Palmares (FCP) não realiza certificação das comunidades tendo como origem um “trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram” (BRASIL, 2021). Por isso, é importante que a comunidade se entenda como tal e que o desejo de registro e certificação seja oriundo de uma vontade legítima e coletiva.

O trabalho do arqueólogo ganha, nesse contexto, uma formatação específica de articulação, que busca suscitar o registro da memória, da cultura e do patrimônio para fins de construção do documento que será enviado à FCP. Esse trabalho exige do/a profissional de arqueologia uma postura ética que lhe possibilite atuar junto à população alvo, em parceria e horizontalidade.

É necessário pensar na produção de patrimônio cultural não apenas como a seleção de edificações, sítios e obras de arte que passam a ter proteção especial do Estado, mas [...] como ‘narrativas’ ou [...] como uma ‘formação discursiva’ que permite ‘mapear’ conteúdos simbólicos, visando descrever a ‘formação da nação’ e constituir uma identidade cultural brasileira. (FONSECA, 2003, p. 64).

Para que o trabalho arqueológico consiga auxiliar na busca por essas materialidades, memórias e histórias, é necessário que haja um trabalho de sensibilização e aproximação com as comunidades, no qual o/a profissional de arqueologia mergulhe nas questões locais e busque aproximação e conquista de confiança, a partir da realização de observações, conversas, participação nas atividades locais e, num estágio mais avançado, visitas às residências.

Muitas dessas conversas são também promotoras de trocas de experiências entre atores diversos, assim como podem servir para realizar complementos de

informações mediante confrontos de pontos de vista em histórias iguais e similares e obtenção de informações por parte das gerações mais novas, ajudando no processo de construção de sua identidade positiva, na contramão do que é feito tradicionalmente, nas instituições e espaços, em função do racismo estruturais. Nesse sentido, é possível vivenciar o processo educativo inerente ao trabalho patrimonial, já que o “conhecimento do passado tem uma clara função social, que faz parte das ideologias que configuram nosso mundo e nossa identidade” (ALFONSO, 2012, p. 51).

Do ponto de vista metodológico, esse trabalho pode ser definido como Pesquisa-ação, que ocorre, de acordo com Thiollent (2011), a partir do alcance de três aspectos: resolução de problemas, tomada de consciência e produção de conhecimento. Para o autor, essa pesquisa consiste em

[...] um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (THIOLLENT, 2011, p.15).

Nesse processo, é imprescindível ouvir as pessoas, de forma individual e coletiva, conversar com elas, ter acesso a histórias de famílias, histórias locais, fotos, documentos, pois, “em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (SANTOS, 2015, p. 82).

Em seguida, a comunidade se organiza para fazer o registro e, nesse momento, são disponibilizados todos os elementos físicos e imateriais conhecidos durante as conversas, discussões e visitas para ilustração e reforço das informações contidas no texto.

Após a composição desse documento, cabe à associação de moradores enviá-lo à FCP, solicitando, formalmente, registro no seu cadastro geral e a expedição de certidão pela Fundação, conforme conteúdo do O parágrafo 4º do art. 3º do Decreto

nº 4.887, de 20/11/2003, que “reserva à Fundação Cultural Palmares – FCP a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral” (BRASIL, 2021).

Em seguida, cabe ao órgão governamental cumprir uma série de etapas, que, primeiramente, consiste na exigência de três documentos, exigidos pela Portaria 98/2008:

Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP. (BRASIL, 2021).

A esses documentos essenciais, pode ser solicitada a inclusão de outros complementares, a exemplo de fotos, documentos oficiais tais como registros de nascimento e óbito, títulos, de propriedade ou posse, pesquisas, reportagens e outros, a critério de cada comunidade solicitante.

A análise dos documentos é realizada mediante conferência e comparação de características similares a outros contextos similares, com registros de objetos e aspectos imateriais parecidos, conforme preconiza Lumbreras (1981, p. 39), quando diz que “la ercurrencia de los contextos dentro de los que se organizan los restos arqueológicos y por comparación con contextos similares en poblaciones conocidas, se deducen los aspectos ‘no materiales’ que les son propios o inherentes”.

No entanto, ao contrário do que seria o ideal, as visitas dos técnicos da FCP só acontecem em casos muito específicos e excepcionais, quando a equipe “se depara com dúvidas insanáveis por meio de trabalhos de gabinete ou com denúncias realizadas pelo próprio movimento social, órgãos de governo, ministério ou defensoria pública” (BRASIL, 2021).

Mesmo que compreendendo que, há muito, já foram discutidos os limites do objeto epistemológico da arqueologia, percebe-se a necessidade de ressaltar aqui

que a Arqueologia é a disciplina que estuda seres humanos e suas culturas através das materialidades produzidas, apropriadas e utilizadas por eles, independentemente do período, localização e povo (BRUNEAU & BALUT, 1997).

Ainda assim, entendendo a ortodoxia de muitos profissionais, somadas às necessidades constante dos órgãos públicos de remeter os Quilombos e seus respectivos direitos ao uso passado, esse trabalho versará mais sobre a memória, mas ressaltando a importância de estar presente e entender, com respeito e ética, as materialidades produzidas nos Quilombos, seja no "passado", seja no presente. Isto é reivindicação identitária e forma de tornar a Arqueologia uma disciplina mais equitativa, justa e política.

4. A IMPORTÂNCIA DA CERTIFICAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: MATERIALIDADE DO PATRIMÔNIO COMO FACILITADOR DE CONQUISTAS SOCIAIS E POLÍTICAS

A seguir, será descrito, de forma preliminar, o caso de uma comunidade quilombola cuja certificação significou também a conquista de direitos sociais fundamentais, em formas de políticas públicas e cujo exemplo pode ser considerado para o entendimento da importância da arqueologia quilombola para essas populações.

O lócus de pesquisa, Santiago do Iguape, é uma comunidade quilombola pertencente ao município de Cachoeira, Recôncavo Baiano, localizada há cerca de 120 km da capital, Salvador. Antiga morada de índios tupis, seu nome, oriundo do tupi-guarani (Y=água, GUA=SEIO, PE=em) significa "lugar onde há água em abundância" ou "lugar existente no seio da água".

Como colônia, existiu entre os séculos XVII e XIX, quando serviu de porto, que escoava a produção de cana de açúcar, abundantemente produzida em toda a região. Já no século XIX, após o enfraquecimento dos engenhos, passou a ser conhecida como abrigo para os negros fugidos do cativeiro, assim como para libertos e outras pessoas interessadas em viver em comunidade fundamentadas em tradições afro-brasileiras.

Banhado pelo Rio Paraguaçu, é habitada atualmente por cerca de 300 famílias, que sobrevivem, em maior escala, da pesca e da exploração do mangue, por meio da mariscagem. Há, também, um comércio modesto e a agricultura de subsistência. Por se tratar de comunidade remanescente de quilombos, os habitantes recebem auxílio do governo, por meio de programas de renda, tais como Bolsa Família, assim como há os idosos, que recebem aposentadoria rural.

Por se tratar de um estudo preliminar, não serão descritos aqui todos os elementos que compõem o escopo característico da cultura ancestral, centenária e afrocentrada da comunidade. No entanto, para cumprimento do objetivo desse estudo, acredita-se que seja o suficiente para evidenciar tanto a presença da influência cultural dos antigos escravizados no território quanto para comprovar a tradição herdada de africanos e afro-brasileiros escravizados.

Na Foto 01, é possível observar o casario que compõe a parte central da comunidade, a presença da Igreja de São Tiago, construída pelo colonizador português no século XVIII, e o Rio Paraguaçu, meio de transporte e sobrevivência da comunidade, por meio da pesca e da extração de frutos do mar.

Foto 01: VISTA DO POVOADO SANTIAGO DO IGUAPE



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

A organização política da localidade conta com a associação de moradores, as associações de pescadores e marisqueiras, associação artística e cultural e uma Organização não-governamental mantida por uma família que exerce liderança na comunidade.

Santiago do Iguape é uma comunidade certificada desde o ano de 2006, sob o registro na FCP de número 01420.000205/2006-19. A conquista dessa certificação foi um marco importante para a conquista de serviços essenciais na comunidade, que antes vivia praticamente isolada e precisava se deslocar de barco, montaria ou transportes públicos precários e escassos em busca de registro de nascimento, ajuda médica e outros.

Atualmente, após a certificação, foram fundados serviços públicos essenciais, conquistados pela organização dos moradores, tais como o asfaltamento da via de acesso à comunidade, posto de saúde da família, um cartório, uma subprefeitura e duas escolas públicas: uma que oferta pré-escola e as séries iniciais do ensino fundamental, mantida pela prefeitura, e uma escola estadual, que oferta as séries finais do ensino fundamental e o ensino médio.

Uma característica fundamental que caracteriza os quilombos é a coletividade. As famílias e suas tradições, assim como o modo de organização das casas e formas de habitação. Nessas comunidades, marcadas pela exclusão e pela pobreza, tais redes são fundamentais, porque contribuem para a continuidade do grupo, por meio da sobrevivência física e cultural. Assim, é importante compreender a necessidade da existência dessa "pluralidade de famílias dispostas a reconhecer que existem outros laços para além dos consanguíneos e que o processo natural de descendência só pode levar-se a cabo através do processo social da afinidade. (LÉVI-STRAUSS 1980, p. 34).

Nesse sentido, pode-se observar, na Foto 02, duas festividades oriundas da herança cultural afro-brasileira presentes na comunidade: a festa de São Pedro, realizada em 29 de junho e cujos festejos têm origem nas tradições religiosas portuguesas das fazendas nas quais os ancestrais dos atuais quilombolas viviam e a

festa de Iemanjá, realizada em 02 de fevereiro, e na qual é manifestada a fé na Mãe das Águas, que protege, sustenta e acalenta os pescadores e suas famílias.

Na festa de São Pedro da comunidade, é possível perceber a forte influência das matrizes africanas no vestuário das mulheres, por meio dos tecidos estampados em cores vivas, modelados em saias estampadas rodadas e batas brancas, típicos em comunidades africanas de origem banto. Também usam colares de contas e turbantes como adereços.

Esse fator é interessante, pois essa configuração destoa totalmente das roupas tradicionais do período junino nas comunidades não negras.

Já na festa de Iemanjá, as cores predominantes do vestuário são aquelas que compõem a simbologia do Orixá, representadas pelo branco e pelo azul, conforme pode ser observado nas vestimentas dos participantes da homenagem. Os barcos, meios de transporte e trabalho no rio em dias comuns, são utilizados, nesse dia, para carregar os presentes: flores, perfumes, espelhos e outros objetos que, para os fiéis, satisfazem a vaidade da divindade feminina, maternal e delicada.

Foto 02: FESTEJOS DE SÃO PEDRO E IEMANJA EM SANTIAGO DO IGUAPE



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

Nas comunidades rurais negras, é na festa que os valores vão sendo transmitidos, no desenvolvimento desse currículo invisível que ninguém descreveria em detalhes, mas em cujas marcas é possível detectar nas formas de participação das crianças e dos jovens. Ninguém parou para lhes dar aulas sobre o ritual envolvido em determinada celebração ou sobre os papéis a serem nele

desempenhados, mas todos sabem muito bem o que têm a fazer, a hora que tem que fazer e como devem fazê-lo. Os papéis, bem como os valores e as tradições que por meio deles se encarnam, vão sendo definidos com o passar dos anos, e por isso a aprendizagem é constante. (MOURA, 2008, p. 69).

Nesse contexto, os saberes dos idosos e sua relação com as novas gerações é fundamental para a preservação do patrimônio, assim como imprescindível nas articulações e discussões sobre as demandas locais e tomadas de decisões coletivas.

Na Foto 03, vemos uma reunião da comunidade na associação de pescadores. O modo de distribuição das cadeiras, em formato circular, é característica de comunidades africanas e indígenas, nas quais a horizontalidade e a participação são fundamentais nos processos de transmissão de saberes, nas celebrações religiosas, no compartilhamento de informações, assim como nas tomadas de decisões, nas danças e nas festividades.

Foto 03: ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA EM SANTIAGO DO IGUAPE



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

A culinária dos quilombos também é fator a ser considerado no entendimento arqueológico acerca de seu patrimônio. Os alimentos produzidos em Santiago do Iguape têm como base os frutos extraídos do rio, plantas retiradas da flora e o azeite de dendê.

Na Foto 04, é possível ver mulheres quilombolas comercializando maniçoba e moqueca na praça local, alimentos esses que são produzidos com elementos herdados da tradição afro-brasileira: a folha da mandioca, venenosa em sua forma bruta, mas transformada em alimento pela sabedoria secular dos afrodescendentes. A maniçoba era feita de pedaços de carnes rejeitados pelos colonizadores durante o período colonial e eram essas sobras dos animais abatidos que, cozidas junto com folhas de mandioca lavadas muitas vezes e picadas, se transformavam e transformam ainda hoje em rico alimento, consumido antes pelos negros e as negras nas senzalas e, atualmente, nas comunidades quilombolas, assim como em todo o Recôncavo Baiano como iguaria herdada dos ascendentes escravizados.

As moquecas são também marcas da presença ancestral na região do recôncavo da Bahia. O azeite de dendê, planta de origem africana, é extraído e manufaturado na região do Iguape desde o século XVIII e está presente no preparo da maioria dos alimentos da comunidade, principalmente aqueles cuja base são os frutos do mar.

Foto 04: CULINÁRIA EM SANTIAGO DO IGUAPE



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

A relação dos quilombolas com o meio-ambiente é outro fator a ser ressaltado, já que, como as comunidades, em sua imensa maioria, localizam-se nas zonas rurais e de difícil acesso, é da natureza que eles tiram sua subsistência e

sustento, por meio de agricultura familiar ou de atividades mercadológicas com os produtos cultivados e/ou produzidos na comunidade a partir de elementos naturais, que são comercializadas nas sedes dos municípios ou fora dele. Para os povos de matrizes africanas, a Natureza é Sagrada, representa sua vida e é da natureza que emergem suas simbologias e memórias.

Na Foto 05, é possível verificar elementos muito importantes da tradição afro-brasileira presente na comunidade, sendo o principal o Rio Paraguaçu. Para essa população, o rio representa vida, sobrevivência, cultura. Foi através dele que os ancestrais chegaram, tanto pelos navios negreiros, quanto pelas fugas dos cativeiros, muitas vezes a nado, em busca de acolhimento e de um modo de vida digno.

É pelo rio que os quilombolas do Iguape obtêm sua principal fonte de renda, pois de seu seio são extraídos os frutos que subsistem as famílias há séculos, além de serem fontes de sobrevivência, por meio da comercialização externa de peixes, crustáceos e mariscos, em cidades e povoados de toda a região.

Também há indícios da presença afro-brasileira e africana na comunidade pela presença das embarcações, das armadilhas utilizadas para criação de camarões e lagostas, assim como imagem da Mãe das Águas, Iemanjá, colocada estrategicamente, no início do século XX, defronte ao cais e da Igreja de São Tiago, representando a intimidade da divindade com os trabalhadores do rio, ao contrário do santo católico, que impõe sua presença pela majestade da construção e pela mão do colonizador, que antecedeu os atuais habitantes da localidade.

Foto 05: CAIS DE SANTIAGO DO IGUAPE, RIO PARAGUAÇU E IEMANJÁ



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

Em Santiago, a conquista do certificado e o direito à posse da terra teve como consequência a conquista de elementos importantes para a preservação do patrimônio. Um exemplo disso é a educação escolar quilombola realizada nas duas escolas públicas aí localizadas.

Crianças e jovens nascidos na comunidade, assim como aqueles oriundos das outras dez comunidades quilombolas do entorno frequentam essas unidades, cujos currículos foram construídos com a participação das lideranças e famílias, tendo como preocupação a abordagem dos elementos culturais locais como ponto de partida para novas aprendizagens e ampliação dos saberes dos alunos, pelo confronto entre sua realidade e as realidades de outras populações.

Nesse sentido, é possível vivenciar o processo educativo inerente ao trabalho patrimonial, já que o “conhecimento do passado tem uma clara função social, que faz parte das ideologias que configuram nosso mundo e nossa identidade” (ALFONSO, 2012, p. 51).

Foto 06: ESCOLA QUILOMBOLA



Fonte: Portal do Iguape, 2021.

A educação escolar recebida por crianças e jovens nessas escolas tem auxiliado no processo de entendimento cultural e, conseqüentemente, na construção e no fortalecimento da identidade dos jovens quilombolas dessa região, ao contrário do que acontecia no passado, onde os nativos saíam das comunidades muito cedo

em busca de estudos e trabalho sem o devido preparo ideológico para enfrentar os obstáculos impostos pelo racismo estrutural que caracteriza a nossa sociedade, e que acabava por enfraquecer seus laços com as localidades.

Os jovens atuais saem também em busca de oportunidades e expansão de mundo, mas a maioria o faz somente após concluída a educação básica, em busca do ensino superior ou empregos.

Entretanto, diferente das gerações passadas, esses jovens migram para os centros urbanos conscientes de sua ascendência e com uma imagem positiva de seu território, de sua cultura, de seus ancestrais e de si mesmo, o que contribui para o fortalecimento de seu vínculo com seu território, ancestralidade e patrimônio cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A certificação e o reconhecimento do território quilombola são um marco para a luta contra o racismo estrutural no Brasil.

Para tanto, várias áreas de conhecimento e seus profissionais aparecem como fundamentais para o estudo das comunidades e para a realização de trabalhos de cunho técnico junto a essas populações para identificação, demarcação, caracterização, análise e descrição e, dentre eles, estão os/as arqueólogos/as, responsáveis pela identificação de elementos que compõem as materialidades que evidenciam a presença da ancestralidade africana e afrobrasileira no território estudado, por meio da simbologia dos elementos representativos da cultura local – torna-se figura imprescindível na composição dos relatórios enviados para a FCP para a conquista das titulações almejadas.

Tais títulos e certificações oficiais são imprescindíveis para a reivindicação de direitos já conquistados pelos movimentos negros e quilombolas, tais como as políticas públicas agrárias, de complementação de renda, de saúde da população negra e educativas conquistadas destinadas aos quilombos por governos municipais, estaduais e pelo Governo Federal.

E esses serviços, ao tornarem-se realidade junto às comunidades, tradicionalmente negligenciadas e marginalizadas, configuram-se em instrumentos

políticos de transformação da qualidade de vida das pessoas, por meio da melhoria das condições de saúde, moradia, empregabilidade, renda e educação.

Nesse sentido, fica evidenciada a importância de uma arqueologia para os quilombos, especialmente caracterizada pela horizontalidade na relação entre arqueólogo/a e população, assim como pela preocupação política com a aplicabilidade política dos resultados do trabalho arqueológico, no tocante à vida das pessoas e na configuração das relações entre estas, o patrimônio e a representatividade deste nas suas vidas, para fins de entendimento, vivência e conservação.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, L. **Arqueologia e Turismo: sustentabilidade e inclusão social**. Tese (Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

BRASIL. **Censo 2018**. Brasília: IBGE, 2018.

_____. **Certificação quilombola**. Fundação Cultural Palmares. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 01 jul. 2021.

_____. **Decreto Federal nº 4.887**. Brasília: Casa Civil, 2003.

BRUNEAU, P.; BALUT, P. Chapitre II: Qu'est-ce que l'archéologie: le débarras du choix. In: BRUNEAU, P.; BALUT, P. **Artistique et archéologie**. Paris: Presses de l'Université de ParisSorbonne, 1997. p.35-45.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: CHAGAS, M.; ABREU, R. (orgs). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2003.

FUNARI, P. A importância da teoria arqueológica internacional para a arqueologia sul-americana. O caso brasileiro. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, Suplemento 3: 213-220, 1999.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

GLYN, D. El sistema de las tres edades. In: DANIEL. G.E. **História de la arqueología: de los anticuarios a V. Gordon Childe**. The origins of growth of the archeology. Tradução de Miguel Rivera Dorado. Madrid: Alianza, 1986. P 90-108.

LEITE, I. B. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, 2008. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9951>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

LÉVI-STRAUSS, C. A família. In SPIRO, M. et al.: **A família**: origem e evolução. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.

LUMBRERAS, L.G. Uso y manejo del concepto "Cultura", Pre-historia, história y históricas. In: LUMBRERAS, L.G. **La Arqueología como Ciencia Social**. Lima: Peisa, 1981.

MONTERROSO, D.V. La dignidad del pasado: sobre la construcción de las realidades a través de la arqueología. In: TANTALEÁN. H. AGUILAR, M. **La arqueología social latinoamericana**: De la teoría a la praxis. Colombia: Universidad de los Andes, 2012.

MORAES, I. P. **Do tempo dos pretos d'antes aos povos do Aproaga**: patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA). 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

MOURA, G. O direito à diferença. In: MUNANGA, Kabenguele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2ª edição. Ministério da Educação: Brasília, 2008.

OSER JR, C. FUNARI, P.P. Arqueologia da Resistência Escrava. **Cadernos do LEPAARQ**. Pelotas: Editora da UFPEL. V.1, nº 2, pp. 11-25, 2004.

RODRÍGUEZ, L. R. La arqueología social latinoamericana: de la teoría a la praxis. In: In: TANTALEÁN. H. AGUILAR, M. **La arqueología social latinoamericana**: De la teoría a la praxis. Colombia: Universidad de los Andes, 2012.

GONZALEZ-RUIBAL, A. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: Salazar, J.; Domingo, I.; Azkarraga, J.M.; Bonet, H. (coords.) **Mundos tribales**. Una visión etnoarqueológica. Museu de Prehistória de Valencia, Diputació de Valencia, 2008.

_____. Hacia otra Arqueología. Diez propuestas. **Complutum**. V. 23 (2), 2012. pp. 103-116.

SANTANA, J. Aspectos políticos da educação quilombola: currículo e prática pedagógica em discussão. **Interfaces Científicas**. Humanas e Sociais. V.4. Edição Especial - Contextos da Cultura. Aracaju. Nov. 2015.

SANTOS, T. L. P. Memória e identidade: o que vem primeiro, Annette Laming Emperaire ou a Missão franco brasileira?. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 2, n. 2, p. 72-84, jan./abr. 2015. ISSN: 2358-0593.

SCHIMITT, A.; TURATTI, M. C. e CARVALHO, M. C. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade** - Ano V, n.10, 1º semestre de 2002.

SILVA, F. Arqueologia como tradução do passado no presente. **Amazônica**. 3 (2): 260-267, 2011.

SOUZA, R. Materialidades discriminatórias: racismo concretizado no cotidiano. In: **Tessituras**, V9 N1 jan-jun 2021. Pelotas , RS.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez; 2011.

¹ Doutoranda em Antropologia Social (UFPEL), linha de Arqueologia. E-mail: jsnascim@yahoo.com.

² Doutora pela Universidade Federal de Pelotas - RS. Possui Doutorado em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2006) e Bacharelado em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1999). Professora do Departamento de Antropologia e Arqueologia, do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).